

## Iniciativas Comportamentais Para Redução Da Evasão Escolar Dos Jovens De 15 A 29 Anos Em Tempos De Pandemia

Anderson Aorivan Possa<sup>52</sup>

Bruna Cardoso dos Santos<sup>53</sup>

Diogo Padre

Ênio Leal<sup>54</sup>

Elísio de Azevedo Freitas<sup>55</sup>

Flávia Aparecida de Souza Agatti<sup>56</sup>

Glauco Fonteles Oliveira e Silva<sup>57</sup>

Humberto Alencar<sup>58</sup>

Murilo Rodrigues Alves<sup>59</sup>

### RESUMO

A pandemia do novo coronavírus tem trazido desafios inéditos para as mais diversas áreas das políticas públicas. Nesse contexto, a pesquisa “Juventudes e a Pandemia do Coronavírus” procurou entender os efeitos da pandemia do novo coronavírus para os jovens brasileiros. As respostas dos jovens mostraram uma tendência de não priorização dos estudos nesse período da pandemia, bem como aumento de perspectivas de evasão

<sup>52</sup> Possui graduação em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade de Passo Fundo (2004). Pós Graduação em Processo Civil pelo CESUSC-SC. É mestrando em Economia pelo IDP e Advogado inscrito na OAB-RS. Atualmente é Diretor de Negócios no Banco do Nordeste do Brasil.

<sup>53</sup> Possui graduação em Economia pela UFMG, atualmente é chefe de execução orçamentária no CADE e mestranda em Economia no IDP.

<sup>54</sup> Possui graduação em Engenharia Elétrica pela UFMA, MBA em Gestão Empresarial pela FGV e MBA em Gestão de Empresas de Energia Elétrica, também pela FGV. Atualmente é Gerente Cooperativo de Regulação da Distribuição e Transmissão na Equatorial Energia e mestrando em Economia no IDP.

<sup>55</sup> Possui mestrado em Administração Pública pelo IDP, graduação em Direito pela UDF e especialização em Direito Legislativo pela UFMS e em Direito Processual Civil. Atualmente é mestrando em Economia pelo IDP, advogado e consultor na área de Controle Externo, especializado em Tribunais de Contas e em Licitações Públicas e Procurador de Assistência Judiciária do Distrito Federal.

<sup>56</sup> Graduada em Ciências Contábeis e mestranda em Economia pelo IDP. Servidora Pública Federal, atualmente exerce função na Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia.

<sup>57</sup> Graduado em Economia pela Universidade Federal do Pará (2009) e Bacharel em Direito pelo Centro Universitário do Estado do Pará (2018). Possui Curso Superior de Formação Específica em Gestão Empresarial pela Universidade da Amazônia (2005) e atualmente é mestrando em Economia pelo IDP. Na esfera profissional é Assessor no Tribunal de Contas do Estado do Pará, onde atua na Coordenadoria de Apoio Técnico do Gabinete da Presidência.

<sup>58</sup> Possui graduação em Jornalismo pela UnB e especialização em Planejamento e Orçamento Público. É Analista de Planejamento e Orçamento atualmente lotado na Câmara dos Deputados e mestrando em Economia pelo IDP.

<sup>59</sup> Possui graduação em Jornalismo e especialização em Finanças. Atualmente é editor do Estadão e mestrando em economia do IDP.

escolar, em especial entre os de 15 a 29 anos. Sendo assim, o resultado de tal pesquisa no quesito educação leva à preocupação e conseqüente necessidade de desenvolvimento de políticas públicas de enfrentamento do problema. Por conseguinte, com o objetivo de construção de tal política pública, avaliou-se no presente trabalho os elementos comportamentais que atuaram sobre o problema e, por meio destes definiu-se os insights (diagnóstico) para propor um aplicativo de celular (APP) com várias funcionalidades que atuam na solução do problema.

Palavras-chave: Coronavírus. Evasão escolar. Política pública. Aplicativo de celular (APP). Elementos comportamentais. Jovens brasileiros.

## CONTEXTUALIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO DO PROBLEMA

A pandemia do novo coronavírus tem trazido desafios inéditos para as mais diversas áreas das políticas públicas. No campo da educação, uma pesquisa elaborada pelo Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE)<sup>60</sup>, ligado à Secretaria Nacional da Juventude, órgão integrante do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), em conjunto com organizações parceiras, identificou que 29% dos jovens com idade entre 15 a 29 anos já pensaram em não voltar para a escola, após o fim do isolamento social.

A pesquisa “Juventudes e a Pandemia do Coronavírus” procurou entender os efeitos da pandemia do novo coronavírus para os jovens brasileiros e como ela afetou seus hábitos, relação com a educação e trabalho, situação econômica e condição de saúde, bem como a sua perspectiva para o futuro.

O estudo contou com a colaboração de 18 jovens de diferentes realidades em todas as etapas da pesquisa, que participaram da elaboração de questionários e definição da amostra, coleta de dados, tratamento técnico do banco de dados e tabulação, análise de dados, oficinas de finais, comunicação dos resultados e discussão, e atividades para influenciar os tomadores de decisão.

O questionário foi respondido entre os dias 15 e 31 de maio de 2020, e consistiu em 48 perguntas distribuídas em sete blocos temáticos: informação, hábitos, educação e aprendizado, economia, emprego e renda, saúde e bem-estar, contexto e expectativas, e perfil socioeconômico.

A amostra consistiu em 33.688 jovens de todos os estados do país, sendo que as eventuais distorções foram corrigidas a partir de ponderação posterior, levando em conta a distribuição dos jovens brasileiros de 15 a 29 anos nas Unidades da Federação e faixas etárias, utilizando-se como referência a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua 2019, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O estudo revelou que quase 7 de cada 10 jovens são total ou parcialmente dependentes financeiramente, e que quanto mais velhos, mais independentes financeiramente. Antes da pandemia, 50% dos jovens estavam trabalhando. Entre os que

---

<sup>60</sup> Conselho Nacional de Juventude. Pesquisa Juventudes e a Pandemia do Coronavírus: Relatório de Resultados. Junho de 2020. Disponível em: <[https://4fa1d1bc-0675-4684-8ee9-031db9be0aab.filesusr.com/ugd/f0d618\\_41b201dbab994b44b00aabca41f971bb.pdf](https://4fa1d1bc-0675-4684-8ee9-031db9be0aab.filesusr.com/ugd/f0d618_41b201dbab994b44b00aabca41f971bb.pdf)>. Acesso em 11 jul. 2020.

não trabalhavam, seja porque procuravam um emprego ou não estavam procurando, 50% dos jovens estavam na faixa etária de 19 a 24 anos. Ademais, 73% dos jovens mantiveram seus trabalhos desde o início da pandemia, havendo uma proporção maior de jovens negros (31%) que pararam de trabalhar devido à pandemia, em comparação aos jovens brancos (23%) e pardos (29%).

A pesquisa mostrou que a renda familiar foi mais afetada do que a renda pessoal dos jovens. Enquanto 41% dos jovens indicam ter diminuído ou perdido totalmente sua renda pessoal, 52% responderam que suas famílias tiveram a renda diminuída ou perdida. A proporção dos jovens negros (45%) que declararam ter sua renda pessoal afetada é maior que a dos brancos (37%) e pardos (44%). Os efeitos da pandemia sobre o trabalho e renda dos jovens levou 3 a cada 10 deles a buscar complementação de renda. Além disso, 60% dos jovens ou de alguém de suas famílias estão cadastrados para receber o auxílio emergencial.

O isolamento social exigido para conter a propagação da pandemia causou efeitos negativos na condição física e emocional dos jovens. O estudo indicou que fatores como relacionamentos em suas casas, alimentação, qualidade do sono, atividades de lazer e cultura, condicionamento físico, estado emocional e disponibilidade de recurso financeiro foram prejudicados nesse período. A exceção é a higiene pessoal, que melhorou para 62% dos entrevistados.

A ansiedade, o tédio e a impaciência foram apontados como os sentimentos mais comuns durante o isolamento social. Por outro lado, o acolhimento foi apontado como o sentimento positivo mais presente, podendo estar associado ao convívio familiar ou às interações remotas. A predominância dos sentimentos negativos durante o distanciamento social não impediram que os jovens se dividissem entre aqueles que estão otimistas (27%) ou pessimistas (34%) em relação ao futuro após a pandemia.

O isolamento social e seus efeitos no trabalho, na renda e nos sentimentos dos jovens se refletem na educação. Embora a maioria dos entrevistados tenha reconhecido que as escolas e faculdades estão tentando se adaptar ao ensino remoto, oferecendo principalmente aulas por meios digitais e indicando conteúdos pré-existentes em plataformas ou aplicativos, os jovens relatam enfrentar desafios para estudar em casa. Essas dificuldades não estão associadas preponderantemente à falta de tempo ou à inadequação do aparato tecnológico disponível, mas sim ao equilíbrio emocional, à dificuldade de organização para o estudo à distância e à falta de um ambiente tranquilo em casa.

Para ajudar nessa nova rotina de estudos, 57% dos jovens reputam que escolas e faculdades deveriam trabalhar atividades para lidar com as emoções; e 49% entendem que a prioridade deveria estar nas estratégias para gestão de tempo e organização.

A pesquisa revelou que a maioria dos jovens têm buscado formas de aprendizado além da escola ou faculdade, sendo que 59% disseram estudar por conta própria por meio de vídeo aulas de conteúdos específicos; 43% afirmaram utilizar cursos online ou à distância; e igual percentual de jovens relatou que complementa os seus estudos por livros impressos e digitais.

As barreiras para a continuidade dos estudos são tão grandes que 3 a cada 10 jovens confessaram que já consideram não retornar às aulas após o fim do isolamento

social. Na faixa etária entre 15 a 29 anos, são 29% os jovens que pensam em abandonar os estudos. As incertezas em relação ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e a dificuldade em continuar estudando sozinhos levaram mais da metade dos jovens a pensar em desistir do exame.

Dados analisados pelo Observatório da Educação do Instituto Unibanco a partir de uma base do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) mostram que a taxa de abandono do ensino médio na rede pública caiu sete pontos percentuais entre 2008 e 2018, para 6,7%.

Também em queda, a taxa de jovens de 15 a 17 anos fora da escola era de 12,9% em 2012 e diminuiu para 8,8% em 2018. Diante dos impactos do coronavírus na educação e em diferentes setores da sociedade, a trajetória corre risco de se inverter.

Os formuladores de políticas públicas devem estar preparados para desenvolver estratégias capazes atenuar a tendência de aumento na evasão escolar após a pandemia. O presente estudo objetiva analisar como insights comportamentais podem ser utilizados para esse propósito e, ao final, sugerir medidas concretas para o enfrentamento do problema.

## REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A linha predominante na ciência econômica valia-se de concepções da Escola Neoclássica, a qual possui orientação voltada para a análise de mercados competitivos, incluindo seus agentes, regras de funcionamento e falhas, empregando tradicionalmente uma abordagem por meio de modelos matemáticos, como forma de aproximação da realidade.

Entre os pressupostos apresentados por grande parte dos modelos da Economia Neoclássica, a racionalidade substantiva é o pressuposto responsável por caracterizar o tipo de comportamento que os agentes possuem, o que consiste em dizer que os são maximizadores de seu próprio bem-estar, valendo-se do interesse pessoal, ao passo em que possuem capacidade ilimitada de processar toda informação necessária para alcançar um resultado ótimo em uma transação ou decisão de alocação. São levados em consideração os possíveis estados de natureza e suas respectivas probabilidades, pensando de forma pragmática sobre as alternativas de ações disponíveis, considerando como melhor opção aquela com melhor recompensa esperada. Os indivíduos caracterizados desta forma são chamados de “homo economicus” (ÁVILA & BIANCHI, 2015, p. 14).

Alguns ramos da economia têm abordado de forma diferente o comportamento humano e aprimorado a concepção do ser humano tido como “excessivamente” racional na teoria econômica tradicional. Para Dan Ariely, participante da The Global Insights Initiative do Banco Mundial, a noção de “racionalidade” “fornece a fundação para as teorias, previsões e recomendações da economia” (Ariely, 2008). Tal noção de racionalidade trataria da “simples e atraente ideia de que somos capazes de fazer as decisões corretas para nós mesmos”.

Herbert Simon, laureado com o Prêmio Nobel em 1978, propôs o conceito de racionalidade limitada, uma proposição mais flexível que a racionalidade substantiva da

tradição Neoclássica. O autor sugere em que os indivíduos possuiriam limitações cognitivas de computar toda a informação disponível, além de existir a possibilidade de que nem toda a informação necessária para uma decisão ótima, ou racional, esteja disponível para o indivíduo:

O suposto comportamental de racionalidade limitada não implica que os indivíduos sejam irracionais, apenas sugere que estes possuem limitações computacionais e informações incompletas para realizar suas escolhas. Racionalidade limitada seria o termo “usado para designar escolha racional que leva em consideração as limitações cognitivas do agente que toma decisões – limitações tanto do conhecimento quanto da capacidade computacional” (SIMON, 1957, p. 15).

Seguindo nesta linha, nas últimas décadas, pesquisadores têm ampliado abordagens utilizadas na economia para compreender melhor a forma como os agentes tomam suas decisões, lançando mão de experimentos empíricos e conexões interdisciplinares como a psicologia e neurociência.

Alguns trabalhos na área de economia comportamental ampliam a área de estudo do comportamento da preferência dos indivíduos em diferentes contextos. Neste sentido, a Teoria do Prospecto apresentada por Kahneman & Tversky (1979) revela que a maioria das pessoas tendem a sofrer reversão em suas preferências quando migram do campo dos ganhos para o campo das perdas. A teoria propõe que se tratando de ganhos, os agentes são avessos ao risco e preferem ganhos menores com maior certeza do que ganhos mais altos e incertos; por outro lado, tratando-se de perdas, os agentes são propensos ao risco, preferindo correr o risco de perderem um valor maior, desde que haja a possibilidade de não perder nada.

Outros experimentos captam reversão de preferência semelhantes para escolhas comparadas em momentos diferentes do tempo. A literatura propõe que as pessoas possuem uma visão míope, valorizando muitas vezes ganhos menores no curto prazo a uma recompensa maior no futuro (ÁVILA & BIANCHI, 2015).

Se fosse possível separar a existência em dois "eus", o "eu presente" e o "eu futuro", o "eu presente" tende a querer seu próprio prazer e delegar ao “eu futuro” o ofício de atividades pouco prazerosas e que requerem bastante autocontrole. Quando o futuro se torna presente, o mesmo dilema se apresenta, afinal os dois “eus” são a mesma pessoa, o destino do “eu futuro” é que se torna o “eu presente”.

Teoricamente, o viés do presente “refere-se à tendência de dar um peso maior a recompensas que estão mais próximas do tempo presente quando consideramos os trade-offs entre dois momentos futuros” (Samson, 2015). Para Campos Filho (2020), o viés do presente “leva a uma consideração distorcida dos efeitos de longo prazo de nossas escolhas”.

A economia comportamental saiu da academia e chegou aos governos, orientando em muitos países a implementação de políticas públicas. Ao aplicar insights comportamentais para aprimorar as políticas públicas é preciso ter em mente que os incentivos são instrumentos importantes para compensar o viés do presente e também usar a percepção de que as perdas são mais proeminentes que os ganhos.

Ao se aproveitar dessa “falha” no processo decisório surgiu a concepção do Nudge como forma de influenciar o comportamento dos agentes econômicos. No contexto de políticas públicas seria o paternalismo libertário, que busca por meio do Estado direcionar a população para a tomada de decisões socialmente positivas com um custo baixo.

Em Sunstein (2009) o autor destaca os dez mais importantes nudges para serem usados em políticas públicas:

1. Regras Padrão (default): a tendência do agente econômico é aceitar o padrão, sendo um dos mais eficazes. Ex: declaração de doador de órgãos/carteiras de motoristas;
2. Simplificação: evitar dúvidas e aumentar participação em programas de benefícios sociais. Ex: participantes do bolsa-família receberem automaticamente o auxílio-emergencial (“Coronavoucher”);
3. Avisos de Normas sociais: informações de como a maioria se comporta com a ideia de incentivar alguma conduta. Ex: Informar a média do consumo de energia dos vizinhos.
4. Facilidade e conveniência: tornar visíveis opções que trarão qualidade de vida ao agente. Ex: deixar alimentos mais saudáveis em locais mais acessíveis;
5. Divulgação: informar dados a fim de estimular o consumo consciente. Ex: consumo de água numa quantidade ambientalmente sustentável.
6. Alertas: mensagens em destaque para se chamar a atenção do agente. Ex: símbolos em embalagens que contenham produto inflamável.
7. Compromisso prévio: o nudge é realizado por meio do compromisso prévio do agente de forma declarada. Ex: marcação de consultas e exames médicos.
8. Lembretes: evitar esquecimentos. Ex: mensagem no celular ou e-mail sobre consultas e exames médicos.
9. Evocar intenção: por meio de questionamento é reforçada a ação do agente em determinada atividade. Ex: formulário de hábitos “não saudáveis” como fumar em consultas médicas.
10. Informar consequências passadas: evitar comportamentos que o agente teve no passado que lhe foram prejudiciais. Ex: não declarar imposto de renda no prazo e pagar multa.

A economia comportamental busca demonstrar que agentes econômicos cometem erros de forma sistemática por meio do uso de heurísticas, processos cognitivos usados em decisões não racionais que ignoram parte das informações para que haja uma escolha rápida e fácil. O Nudge seria então uma ferramenta para direcionar o indivíduo para uma melhor escolha, de maneira não coercitiva, o que preservaria certa liberdade final de escolha do mesmo, e corrigiria determinadas falhas e vieses. (SUNSTEIN, 2009)

## ANÁLISE DOS ELEMENTOS COMPORTAMENTAIS

Nesse tópico são apresentadas as percepções sobre o ensino remoto e a continuidade dos estudos no contexto da pandemia. E, em seguida, é proposta uma solução de política pública com vistas a melhorar o aproveitamento dos estudantes no regime de ensino à distância, e, principalmente, reduzir a evasão escolar pós pandemia.

Apenas 13% dos jovens entrevistados relataram que “ter os estudos interrompidos ou de pior qualidade” estava entre os três principais receios enfrentados no contexto da COVID 19. As principais preocupações citadas pelos jovens foram “perder algum familiar” (75%) e ser infectado pela COVID-19 (48%). Esse fato demonstra claramente a tendência pelo viés do presente e a aversão à perda (do familiar ou da saúde) nas preocupações atuais dos jovens, pois, o resultado de estudar ou não estudar é vivenciado no futuro, a médio ou longo prazo. Cabe ressaltar que 3 a cada 4 respondentes estavam estudando, em proporções equivalentes entre ensino médio e graduação em nível superior.

Porém, na mesma pesquisa, quando perguntados sobre quais ações são consideradas muito importantes para a retomada após a pandemia “crianças e jovens poderem retomar os estudos” aparece em segundo lugar, sendo citada por 88% dos respondentes. Essa ação só perde para a “descoberta de vacina para o coronavírus”, citada por 96% dos entrevistados e está muito acima de ações para o “fim do isolamento social” (67%) ou para a “manutenção da mesma renda de antes da pandemia” (66%). Percebe-se, portanto, uma contradição dentro da própria pesquisa, que pode ser explicada pelo viés da escassez, que reduz a capacidade cognitiva do indivíduo e o seu controle executivo.

Outro aspecto comportamental importante a ser considerado é a questão das emoções. 80% dos jovens entrevistados relatam que o lado emocional (medo, ansiedade, estresse etc.) tem atrapalhado os estudos e 82% dizem ter dificuldade de se organizar para estudar à distância. Ademais, 57% dos jovens citam como conteúdos relevantes durante a pandemia “atividades para trabalhar emoções (estresse, ansiedade etc.) e 49% citam estratégias para ajudar a organizar o tempo e os estudos. Apenas 35% dos jovens consideram as disciplinas do currículo desse ano letivo como conteúdos relevantes num contexto de pandemia.

Quanto ao ENEM, com as incertezas em relação à data de realização das provas, a dificuldade em continuar estudando por conta própria durante a pandemia e os questionamentos quanto ao próprio desempenho levaram 52% dos respondentes a afirmar que não pretendem fazer a prova, enquanto 17% ainda estão indecisos. Apenas 31% responderam que pretendem fazer o ENEM.

Por fim, 3 a cada 10 jovens confessam que já pensaram em não retomar os estudos após o fim do isolamento social. Quanto mais velhos, maior o número de jovens que pensam em deixar os estudos.

### **PROPOSTA DE INTERVENÇÃO ENRIQUECIDA PELA PERSPECTIVA COMPORTAMENTAL**

Com base nas informações acima, vislumbramos como proposta de política pública para minimizar os efeitos negativos da pandemia da COVID-19 sobre a vida escolar dos estudantes de 15 a 29 anos, público-alvo da pesquisa, o desenvolvimento de um aplicativo de celular (APP), a partir dos diagnósticos comportamentais identificados, contendo as funcionalidades descritas a seguir:

Elemento Comportamental	Insight (diagnóstico)	Funcionalidade do APP
<b>Simplificação, Lembretes e Compromissos</b>	1) Cronogramas de aulas complexos e com pouca clareza sobre a transição para retomada de aulas presenciais. 2) Incapacidade dos estudantes em organizarem sozinhos o tempo de estudo.	Ferramenta de auxílio na gestão de tempo, integrado ao cronograma da turma/escola, com possibilidade de informar a conclusão de tarefas, assim como envio de lembretes de prazos finais de entrega. Informações frequentes sobre a execução do cronograma de aulas em relação à retomada ou não das aulas presenciais, oferecendo clareza e previsibilidade ao aluno.
<b>Modelos Mentais, Tendência pelo padrão e Escassez</b>	1) Foco muito grande no presente, sem considerar adequadamente os efeitos das decisões no futuro. 2) Tendência à inércia, já que não estar inserido numa rotina estruturada de estudos é o padrão da realidade atual, culminando na intenção de abandono dos estudos. 3) Falta de contato presencial com os colegas de turma e com os professores, o que prejudica o aprendizado.	1) Envio de mensagens pelo aplicativo, contendo informações sobre os benefícios auferidos pelos indivíduos com maior nível de instrução (ex.: diferença salarial entre portadores de diploma de nível médio ou superior completos e indivíduos com nível médio ou superior incompletos). 2) Alteração da arquitetura de escolha para prestação do ENEM: estar automaticamente inscrito para prestar o exame tornar-se o padrão. Exigir uma ação do estudante que não quiser prestar o exame. 3) Espaço no aplicativo para fóruns de discussão de conteúdo, por disciplina, entre os alunos e com participação do professor.
<b>Emoção</b>	Ansiedade e insegurança são os maiores problemas relatados pelos estudantes.	O aplicativo, além de realizar um acompanhamento constante e contínuo das atividades de ensino, terá a missão de trabalhar o controle emocional dos alunos, por meio de mensagens motivacionais, lançadas periodicamente, criando ainda um canal de comunicação direto, que permitiria o recebimento de feedbacks, com intuito de mapear as principais vulnerabilidades dos alunos. Assim, as escolas poderão adaptar as relações pedagógicas às reais necessidades de seu público e, utilizando lembretes, chamaria a atenção para a importância dos estudos, compensando a atenção limitada.
<b>Normas sociais</b>	Buscar conformidade em relação ao comportamento do grupo é a tendência dos seres humanos. Esta tendência é ainda mais forte entre os jovens.	Atuando nas normas sociais, o aplicativo criaria indicadores de comparação entre a evolução dos alunos nos estudos, permitindo que eles se sintam identificados com os seus pares, e levando ao alcance de resultados mais robustos: saber que os outros alunos estão efetivamente evoluindo em suas atividades escolares criará um ponto de referência para que eles comparem diferentes alternativas quando não estão certos do que fazer.

Embora a ideia de desenvolvimento de um APP com as funcionalidades descritas acima seja relativamente simples e com um custo financeiro não muito expressivo, principalmente considerando-se a quantidade de estudantes que poderiam se beneficiar dessa ferramenta, este é um projeto que inclui alguns desafios. O Ministério da Educação (MEC) poderia ser o grande impulsionador da implantação da política, assumindo os custos de desenvolvimento e promovendo a interlocução junto às secretarias estaduais de educação, as universidades federais e a rede privada de ensino. Entretanto, o MEC não dispõe da prerrogativa de tornar obrigatório o uso do APP.

Como o ensino médio é ofertado quase que integralmente pelos estados, seria necessária a adesão voluntária das secretarias estaduais ao uso do APP, para que este pudesse ser customizado e adotado pelas escolas estaduais de ensino médio, no intuito de oportunizar aos alunos acesso a todas as funcionalidades propostas.

Também a adoção nas universidades federais e estaduais requer adesão voluntária destas ao APP, haja vista possuírem autonomia administrativa.

Ademais, seria necessário se verificar a possibilidade do APP ser distribuído gratuita ou onerosamente para escolas de nível médio e faculdades da rede privada, que demonstrassem interesse na utilização.

Enfim, este grupo é entusiasta desse projeto e, a despeito das dificuldades porventura existentes em sua implementação, pretende apresentá-lo à Secretaria Nacional da Juventude, vinculada ao MMFDH e à Secretaria de Educação Básica e Secretaria de Ensino Superior, vinculadas ao MEC, com vistas a buscar concretizá-lo e ajudar, de fato, a reduzir a perspectiva de evasão escolar entre os jovens, que ora se apresenta.

## CONCLUSÃO

O resultado de tal pesquisa “Juventudes e a Pandemia do Coronavírus” no quesito educação leva à preocupação e conseqüente necessidade de desenvolvimento de políticas públicas de enfrentamento do problema. Considerando os elementos comportamentais que atuaram sobre o problema e os insights (diagnóstico), foi proposto o desenvolvimento de um aplicativo de celular (APP) com várias funcionalidades que atuam na solução.

Portanto, com reduzido investimento no APP, as ações elencadas buscam modelar as decisões dos jovens com idade entre 15 e 29 anos, evitando que a racionalidade limitada, procrastinação e foco no presente possam os levar para evasão escolar, prejudicando o desenvolvimento de suas carreiras profissionais, com conseqüências deletérias para toda a sociedade, tais como redução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país e escassez de mão-de-obra qualificada, que pode refletir em perda de produtividade da economia e de competitividade internacional.

REFERÊNCIAS

ARIELY, D. Predictably Irrational: The Hidden Forces That Shape Our Decisions. New York: Harper Perennial, 2009.

ÁVILA, Flávia; BIANCHI, Ana Maria. Guia de Economia Comportamental e Experimental. São Paulo: Economia Comportamental, 2015.

CAMPOS FILHO, Antonio Claret. Aplicando insights comportamentais para o aprimoramento de políticas públicas: a ferramenta SIMPLES MENTE. Brasília: Enap, 2020. 55 p.: il. -- (Cadernos Enap, 68)

CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE. Pesquisa Juventudes e a Pandemia do Coronavírus: Relatório de Resultados. Junho de 2020. Disponível em: <[https://4fa1d1bc-0675-4684-8ee9-031db9be0aab.filesusr.com/ugd/f0d618\\_41b201dbab994b44b00aabca41f971bb.pdf](https://4fa1d1bc-0675-4684-8ee9-031db9be0aab.filesusr.com/ugd/f0d618_41b201dbab994b44b00aabca41f971bb.pdf)>. Acesso em 11 jul. 2020.

SAMSON, A. Introdução à Economia Comportamental e Experimental. In: ÁVILA, F.; BIANCHI, A. M. (Org.). Guia de economia comportamental e experimental. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: EconomiaComportamental.org, 2015.

SIMON, H. A. A behavioral model of rational choice. The Quarterly Journal of Economics, volume 69, nº 1, 1955, p. 99-118.